

A participação feminista nos processos Fórum: duas ou três questões para reflexão

MÁRCIA LARANJEIRA ¹

Desde o início do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, realizado então como contraponto ao Fórum Mundial Econômico em Davos, as feministas vêm participando ativamente da sua construção. Essa presença tem sido acompanhada por uma preocupação permanente: construir avaliações periódicas que nos ajudem a identificar e a refletir sobre os limites e potencialidades do Fórum como estratégia de fortalecimento e irradiação da ação dos movimentos sociais que se posicionam contra todas as formas de opressão e exploração. A proposta deste artigo é trazer alguns elementos e reflexões sobre o FSM que contribuam para fortalecer a articulação feminista e sua incidência política nesses processos, em especial no II Fórum Social Brasileiro, que acontece de 20 a 23 de abril próximo, no Recife (PE).

Em termos gerais, o Fórum é um processo de mobilização, debate e articulação política em permanente construção. Fruto da decisão de sujeitos coletivos, sua consistência e permanência dependem do esforço coletivo das organizações, redes e articulações de movimentos que integram seus conselhos políticos, comitês e comissões de trabalho, mas também das organizações da sociedade, cuja participação se dá por proposição de atividades auto-gestionadas, participação nas marchas ou na organização de manifestações e protestos ou ações similares no seu território.

Construir o Fórum requer, portanto, investimento no diálogo entre sujeitos, com explicitação das divergências e enfrentamento de conflitos, mas também no estabelecimento de pontes e alianças entre movimentos para a construção de alternativas à ideologia do capital, radicalizando a democracia. E para nós, feministas, isto significa afirmar a justiça social, para o quê é necessário enfrentar as raízes das desi-

gualdades, onde se imprimem as marcas da articulação do neoliberalismo com o patriarcado e o racismo.

Ali se evidenciam e se concretizam diferentes compreensões dos sentidos da política. Essas compreensões são colocadas frente a frente na construção de análises da realidade, na disputa sobre quais são as prioridades, na legitimação dos sujeitos políticos e na reflexão sobre as estratégias necessárias e mais adequadas para torna um 'outro mundo' – democrático, justo, igualitário, sustentável – possível. Trata-se, portanto, de um espaço onde os avanços e as contradições da democracia se expressam.

Neste contexto, o II Fórum Social Brasileiro é um momento estratégico para a articulação das lutas feministas. Este será constituído como um Fórum Social Mundial temático, que possibilite a análise das experiências brasileiras – de governo e de sociedade civil – de ampliação da democracia, seus avanços e limites, pois o que se desenvolve no Brasil tem impacto estratégico no âmbito internacional. Ora, se o II FSB pretende colocar em debate as diferentes perspectivas dos movimentos sociais, a experiência política, a capacidade de análise crítica e a ousadia das propostas feministas têm que se fazer presentes com muita força!

Para ajudar o processo de inscrição e favorecer as articulações, foram criadas 04 áreas de diálogo - 1) os sujeitos políticos e suas relações; 2) projetos de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo; 3) a resistência antiimperialista e alternativas de integração solidária e 4) democratizar o Estado: por uma nova institucionalidade – que buscam cobrir todos os aspectos e dimensões da construção do "outro mundo". "São aquelas que a experiência brasileira sugere para que se possa tirar lições e fornecer elementos para a construção de agendas comuns para o futuro", afirma-se na metodologia. Mesmo assim, o Fórum manterá a abertura a atividades que não se situem nessas áreas propostas, mas que contribuam para alcançar estes objetivos.

Sendo assim, pensar essa relação entre a experiência brasileira e com o contexto internacional, nos desafia a colocar em debate novas questões sobre temas diversos, alguns contemplados pelas áreas de diálogo e outros não. São exemplos: o direito ao aborto e o Estado laico como condição para sua democratização; o

fundamentalismo como obstáculo aos direitos humanos; como gênero, raça, etnia e classe desafiam os modelos de integração regional que vêm sendo debatidos para a América Latina; o direito à previdência e às políticas sociais no marco da luta contra a privatização do Estado; novos contornos da violência contra as mulheres num contexto de aprofundamento da violência geral; a popularização do feminismo como estratégia para o fortalecimento dos movimentos de mulheres; a luta anti-racista e a afirmação do movimento negro como sujeitos do conhecimento; o caráter libertário do direito à expressão da sexualidade sem coerção; o enfrentamento da militarização; a gestão democrática das águas e do meio-ambiente sustentável; a crise na política, compreendendo os governos, os partidos e os movimentos sociais; a articulação da luta feminista desde o local ao internacional; quais são as leituras do feminismo sobre a 'onda democrática' na América Latina.

A um mês de sua realização, podemos contribuir para a democratização e a qualidade do II Fórum Social Brasileiro mobilizando as companheiras nas organizações, fóruns, articulações e redes do movimento; articulando e inscrevendo atividades auto-gestionadas; participando/articulando comitês estaduais de mobilização e buscando recursos para assegurar uma presença expressiva das mulheres de organizações populares.

Nos vemos em abril, no Recife!

Como participar do FSB?

Podem se inscrever para o II Fórum Social Brasileiro todas as pessoas que concordarem com a carta de princípios do evento. Há três formas de participar: você pode se inscrever como indivíduo, como grupo ou entidade ou inscrever uma atividade que queira promover. O prazo final é 18 de abril. A Carta de Princípios e mais informações podem ser obtidas na página do evento:

<http://www.fsb.org.br/>

¹ Márcia Laranjeira é ativista feminista. Educadora do SOS Corpo, milita na Abong/Regional NE 1. Desde 2004, participa da Comissão de Metodologia do Fórum Social Nordeste e, mais recentemente, da Comissão de Metodologia do II Fórum Social Brasileiro.

O Feminismo na Academia em Goiás: um olhar sobre o PIMEP

ALDEVINA MARIA DOS SANTOS¹

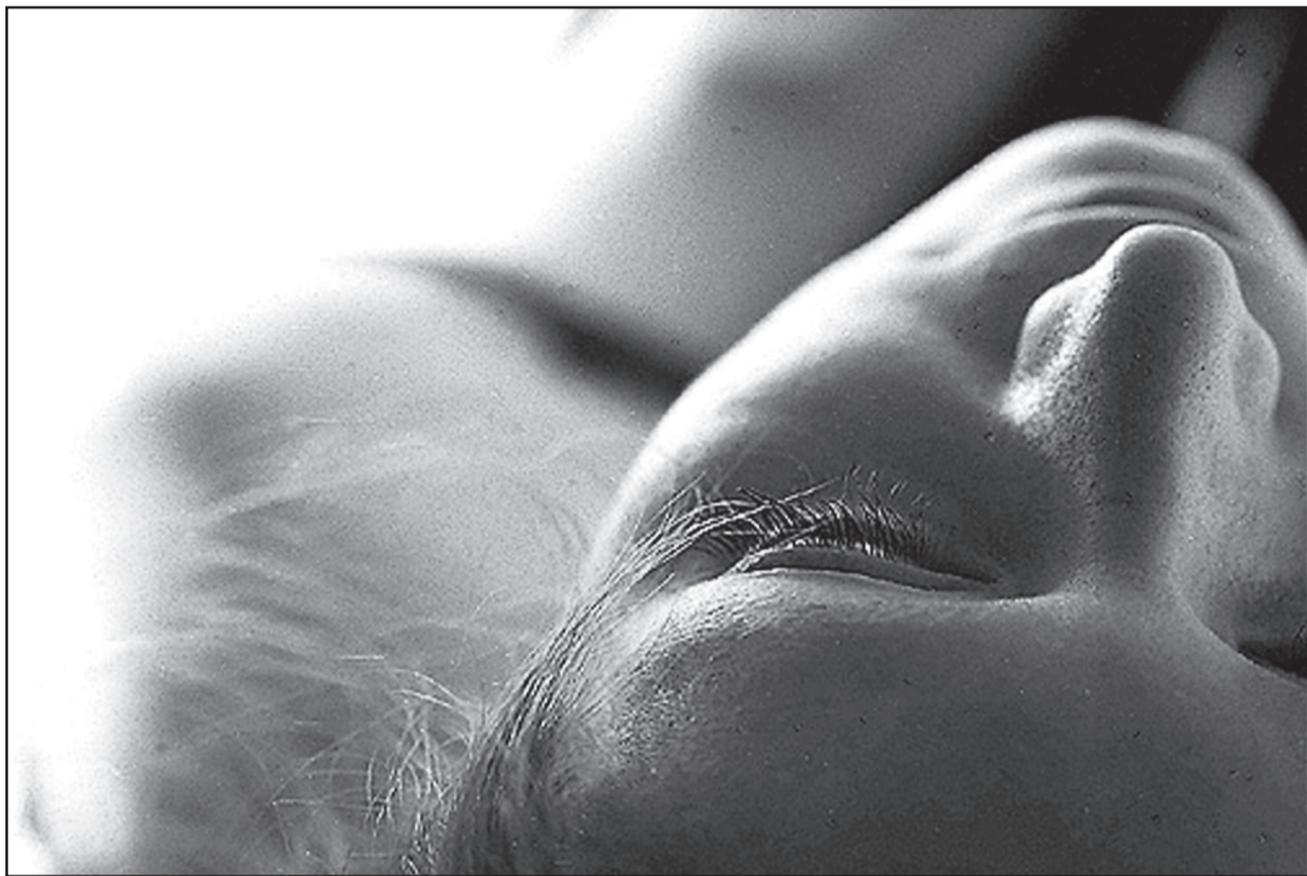
A trajetória do feminismo na cultura ocidental foi longa até a chegada das mulheres nas escolas. E em Goiás, essa história é recentíssima. Em 1959, surgiu a Universidade Católica de Goiás (UCG) e a Federal de Goiás (UFG), em 1960. As demais surgiram nas últimas décadas do século XX. Poucas mulheres se matriculavam e, quando o faziam, freqüentavam cursos considerados adequados às mulheres. Hoje, as mulheres são maioria entre estudantes da UCG.

Na década de 1980, em Goiás, o feminismo se tornou visível pela organização das mulheres em várias entidades, mudanças na vida das mulheres e criação de organismos públicos. Visível também nas universidades, com feministas vinculadas as academias (professoras e alunas) compondo os movimentos sociais na luta pela democracia e pelos direitos das mulheres, o Grupo Feminista Eva de Novo foi um bom exemplo deste período.

Nos anos 1990, a UCG com uma prática pedagógica de extensão consolidada, trabalhava com segmentos e problemas sociais considerados marginalizados, mas a mulher não era contemplada. Neste contexto, o Grupo Feminista Autônomo Oficina Mulher apresentou uma proposta de implantação de um programa sobre e para a mulher na UCG. A proposta foi aceita e re-elaborada em discussões com vários Departamentos. Assim, em 1992, surgiu o Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas (PIMEP).

Várias professoras e alunas de diferentes cursos têm participado das equipes do PIMEP, propiciando a interdisciplinaridade nas abordagens e diversidade de temas e análises produzidas ao longo de sua história. Uma marca do PIMEP é seu ineditismo de trazer novas reflexões ao Estado, como por exemplo, as relações de gênero (1993) e as masculinidades e/ou o ‘mal-estar masculino’ em meados de 1990.

Algumas pesquisadoras² consideram que a implantação e a consolidação dos estudos de gênero no



Estado foi a grande contribuição do PIMEP ao avanço dos estudos sobre as mulheres e os feminismos na academia goiana. Mesmo considerando a importância desta “categoria de análise” ou abordagem, acredito que sua prática política educacional seja a grande contribuição do PIMEP à academia e ao feminismo. Nas palavras de uma de suas fundadoras:

“...o potencial transformador para pensar e repensar a nós mesmos com base em nossa prática, prática que se revela em um processo educativo que mostra o que ganhamos até os dias de hoje como resultado dos embates e lutas travadas no conjunto da sociedade e cultura.”³

Esta prática está presente na articulação do PIMEP com os movimentos de mulheres e feministas e no esforço de resgatar o protagonismo da mulher na sociedade e cultura, através de pesquisas, pu-

blicações, atividades de extensão e eventos científicos/ culturais, caracterizadas por propiciar a reflexão atenta às experiências pessoais e coletivas.

A construção de uma certa legitimidade para estudar as questões relativas às e das mulheres, através da criação de disciplinas em diferentes cursos da graduação e pós-graduação, publicações e linhas de pesquisas na UCG, são incontestes contribuições do PIMEP.

A trajetória do programa é marcada pelo cuidado com sua história e a história das mulheres, pela avaliação permanente de sua prática e dos espaços conquistados na própria academia e reflexão com as mulheres atuais e de nosso passado, nessa constante redescoberta das mulheres e feministas, do próprio PIMEP, da universidade, da cidade e do Estado.

Hoje, em Goiás, existem outras instituições de ensino superior com estudiosas(os) feministas e de gênero, enfrentando seus desafios, conquistando seus espaços e das mulheres nas Universidades, construindo a esperança e deixando

suas marcas feministas na Academia de Goiás, assim vale,

“... Celebrar a vida...a vontade de ver a coisa acontecer, as transformações que vem do esforço...o conhecimento. E, por que não, celebrar a construção de tudo isso...”⁴



Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo

Av. Antônio Fidélis nº 1811, Pq. Amazônia
Goiânia-Goiás-Brasil – 74.840-090
Tel.: 55 (62) 3095-2301 ou 3095-2302
comunica@transasdocorpo.org.br

www.transasdocorpo.org.br

Apoio:

· Fundação Ford
· International Women's Health Coalition

Conselho editorial:

Érica Melo, Pedro Plaza Pinto,
Priscila Marília Martins e Wilza Vilela

Editoria: Joana Plaza Pinto

Redação: Marília Rodrigues

Revisão: Marília Rodrigues

Colaboração: Márcia Larangeira, Aldevina Maria dos Santos, Marta Rovey de Souza e Gislene Nunes

Editoração: Carla de Abreu (62-3223.0566)

As opiniões presentes nas entrevistas ou nos artigos publicados são de responsabilidade de suas autoras e autores.

1- Enfermeira, professora da Universidade Católica de Goiás, mestre em Educação Escolar Brasileira, pesquisadora do NEPSS/UCG, integrante da Oficina Mulher – Grupo Feminista Autônomo e uma das fundadoras do PIMEP/UCG.

2- BICALHO, Elizabete e NUNES, Terezinha J.C. PIMEP – Relatório: 10 anos de memória. UCG. Goiânia. 2002

3- ROCHA, Maria José P. 8 de março: espaço de educação, metáfora, transgressão. IN: Transgressão, educação e arte no Feminismo – 12 anos do PIM-EP Momento ano XIII, no. 105. Goiânia, maio de 2004.

4- ROCHA, Zezé P. Festa Intima. Goiânia. Ed. Da UCG. 2001.p.72

Pesquisa apresenta cenário da anticoncepção entre mulheres de Goiânia

MARTA ROVERY SOUZA¹

Em agosto de 2006, o Grupo Transas do Corpo deu início à construção de um instrumento de coleta de informações para a realização de uma pesquisa domiciliar sobre anticoncepção em Goiânia² que fosse capaz de identificar as principais práticas contraceptivas das mulheres goianiense e nesse sentido contribuir com a viabilização de ações e políticas mais adequadas às mulheres.

Vários instrumentos de coleta de informações foram pesquisados e optou-se, por uma questão de afinidade temática e experiência já testada, por utilizar parcialmente o questionário produzido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela ONG SOS Corpo, respeitando logicamente as especificidades locais. A pesquisa foi intitulada *Práticas Contraceptivas no município de Goiânia* e foi a campo com 15 estudantes universitárias em outubro de 2005.

Para a construção do desenho da pesquisa proposta, utilizou-se o processo de amostragem por conglomerado desenvolvido para o projeto de pesquisa intitulado Estudo de Prevalência de base populacional das infecções pelo vírus da hepatites A, B e C nas capitais do Brasil de Prevalências Hepatites Virais. A investigação foi realizada em 2004, sob a coordenação nacional da Universidade de Pernambuco e sob a coordenação local do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) da Universidade Federal de Goiás na região Centro-Oeste. Uma parceria entre Transas e estas instituições possibilitou a disponibilização da metodologia utilizada para o processo de amostragem, dos bancos de dados para sorteio dos domicílios, dos mapas dos setores censitários e da descrição dos domicílios para esta nova pesquisa.

Em resumo, tratou-se de uma amostragem por conglomerados que estabelece 30 unidades primárias de amostragem (Unidades Primárias de Amostragem - UPAS) a partir dos setores censitários (IBGE, 2000). Este agrupamento serviu como medida aproximada da condição sócio-econômica existente no município, ou seja, esta metodologia propiciou que mulheres residentes nas mais distintas áreas da cidade estivessem representadas na amostra da pesquisa.

O tamanho da amostra para o município de Goiânia foi estimado em 1260 domicílios distribuídos pelas 30 UPAS (sendo visitados em cada UPA 42 domicílios). Foram realizadas aproximadamente 700 entrevistas completas com mulheres na idade de 15-49 anos. Esse tamanho da amostra é suficiente para detectar prevalências de uso de métodos com uma margem de erro de 5%.

O questionário era composto por 9 módulos: caracterização da entrevistada, utilização de plano de saúde, reprodução, história de gravidezes, pré-natal, história de partos, anticoncepção, uniões e atividade sexual e planejamento da fecundidade. A partir das respostas dadas pelas entrevistadas, o questionário era percorrido em uma ou outra direção. As questões chaves que nortearam estas entrevistas foram fundamentalmente construídas com a finalidade de conhecer quais são as práticas anticonceptivas que estão

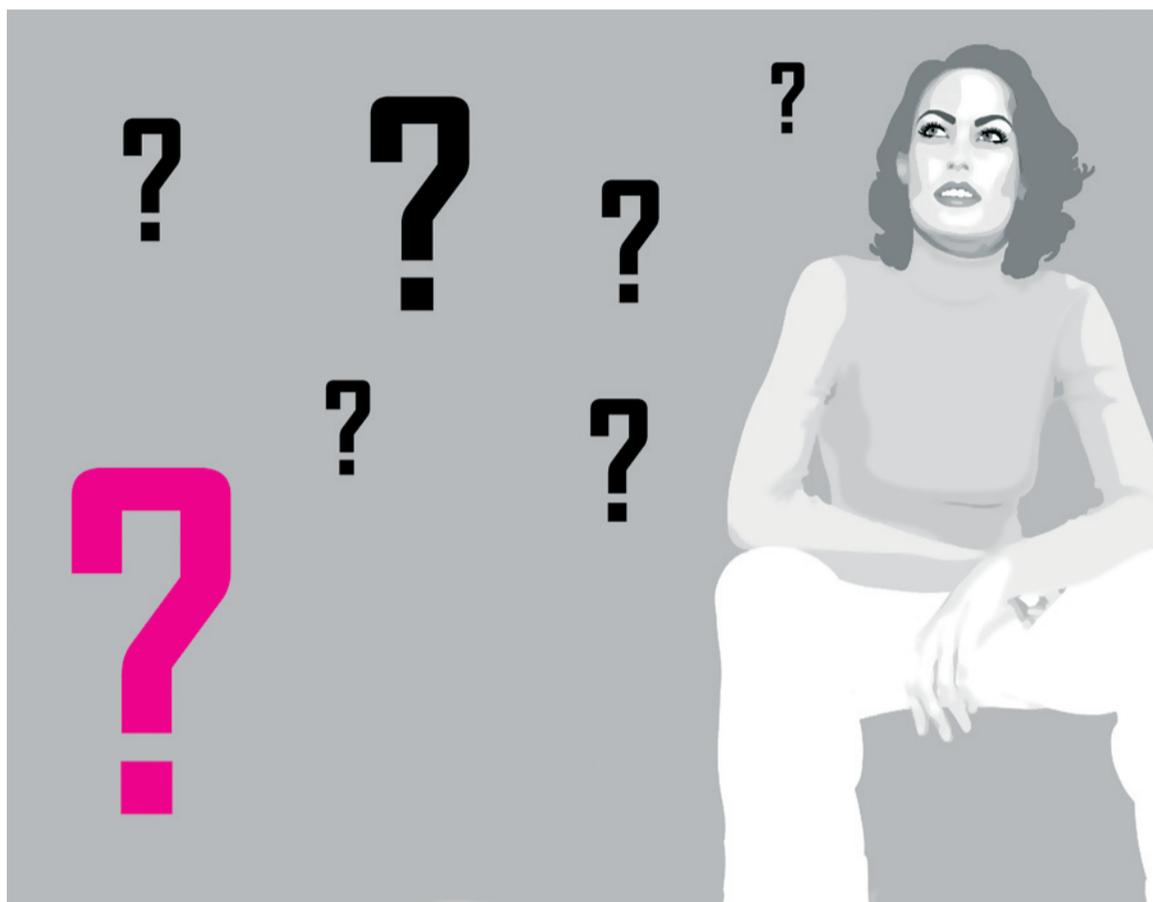


TABELA 1	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDÍGENA	TOTAL
PÍLULA	50	12	63	2	3	130
DIU	6	1	4	-	-	11
INJEÇÕES	19	3	13	1	1	37
CAMISINHA MASCULINA	29	5	25	2	2	63
CAMISINHA FEMININA	1	-	-	-	-	1
ESTERILIZAÇÃO MASCULINA	14	-	4	1	2	21
ESTERILIZAÇÃO FEMININA	69	13	88	3	7	180
TABELINHA	3	-	1	-	-	4
COITO INTERROMPIDO	2	-	-	-	-	2
TOTAL	193	34	198	9	15	449

*Fonte: Pesquisa Práticas contraceptivas no município de Goiânia. Grupo Transas do Corpo, 2006.

sendo usadas pelas mulheres em Goiânia seja no que se refere à escolha do método anticoncepcional usado, ao acesso aos serviços de planejamento familiar, ao conhecimento sobre os mais diferentes métodos, indicações e contra-indicações e formas de uso.

A principal motivação para a realização de uma pesquisa desta natureza é, sem dúvida, a possibilidade de poder, mediante a divulgação e análise dos dados coletados (**veja convite para Seminário Panoramas da anticoncepção na página 4**), contribuir com a melhoria da qualidade da vida sexual e reprodutiva das mulheres goianienses e subsidiar as ações existentes na área da mulher em nosso município.

A tabela acima busca caracterizar qual é o método anticoncepcional utilizado pelas entrevistadas segundo divisão por cor. Os números mostram que a realidade no uso de métodos na atualidade não está distante da constatada na úl-

tima pesquisa de anticoncepção no Brasil (1996). Depois de 10 anos, ainda se mantém as escolhas e usos da anticoncepção concentradas em um método hormonal (pílula) e num procedimento que encerra a vida reprodutiva das mulheres (esterilização). Este comportamento é similar quando se cruza esta variável pelo quesito idade. É possível também observar o papel modesto de utilização por parte das mulheres de métodos mais naturais e menos invasivos. Problematizar e analisar estes achados é sem dúvida nosso grande desafio daqui por diante.

¹Marta Roverly de Souza é socióloga, professora da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG e pesquisadora colaboradora do Grupo Transas do Corpo

²Atividade prevista do projeto Monitoramento de Políticas Públicas em Saúde Integral das mulheres, financiado pela Fundação Ford



Seminário Panoramas da anticoncepção

Com o objetivo de divulgar os resultados da pesquisa *Práticas anticonceptivas no município de Goiânia*, survey realizado entre agosto de 2005 e março de 2006, o Transas promove o *Seminário Panoramas da anticoncepção: com que método eu vou?* no dia 25 de abril, das 8h às 12h, no Auditório do IPTSP/UFG (Primeira Avenida esquina com Rua 235, s/nº, Setor Universitário, Goiânia, Goiás). O evento é aberto ao público e a entrada é franca. Mais informações no site do Transas.

Encontro Núcleos e Grupos de Pesquisa

Brasília recebe pesquisadoras(es) de todo o Brasil entre os dias 29 e 31 de março para o *Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências*. A promoção é da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministérios da Educação, de Ciência e Tecnologia e UNIFEM.

Congresso da Abrasco

Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) convidam a comunidade nacional e internacional e lideranças da Saúde Pública de todo o mundo para participar do *8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e 11º Congresso Mundial de Saúde Pública - "Saúde Pública em um mundo de globalizado: Rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas"*. O evento será realizado de 21 a 25 de agosto de 2006, Rio de Janeiro (RJ). Mais informações em <http://www.saudecoletiva2006.com.br/>.

25ª Reunião da ABA

25ª Reunião Brasileira de Antropologia será realizada em Goiânia entre os dias 11 a 14 de junho de 2006, na Universidade Católica de Goiás e na Universidade Federal de Goiás. O tema do encontro é *Saberes e práticas antropológicas – desafios para o século XXI*. Mais informações pela página www.rba.org.br.

O QUE ROLOU



Encontro Gias, Cunhã e Curumim

Adolescentes do Grupo de Informação e Ação em Sexualidade (Gias) participaram de encontro com educadoras(es) jovens e adultas do Cunhã – Coletivo Feminista, de João Pessoa (PA), e Curumim, de Recife (PE), entre os dias 10 e 13 de novembro, na Pousada Monjolo, em Nerópolis. Os grupos participaram de formação sobre metodologia feminista para trabalho com juventude e de oficinas sobre direitos sexuais e reprodutivos e já planejam novas ações conjuntas.



Vigília pelo fim da Violência



Vários coletivos de mulheres participaram no dia 6 de março, das 10h às 15h, da Vigília pelo Fim da Violência Contra a Mulher, na Assembleia Legislativa de Goiás. Durante o evento, organizado pelo Conselho Estadual da Mulher, Fórum Goiano de Mulheres e Centro Popular da Mulher, histórias de violência foram queimadas em uma fogueira acesa em frente à casa. Mais de 370 assinaturas foram colhidas em um abaixo assinado pedindo a aprovação de um substitutivo da Lei 4559/05, que am-

plia as ações de prevenção e de punição a agressores. Este substitutivo foi aprovado na Câmara Federal e segue agora para o Senado.

I Simpósio de Gênero da Fasam

Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da Faculdade Sul-americana (Fasam) realizou, em Goiânia, de 07 e 10 de março, o *I Simpósio de Gênero*. Pesquisadoras(es) e integrantes de movimentos sociais ministraram conferências, palestras e oficinas. O Grupo Transas do Corpo participou do evento com discussões sobre *gênero e imagem corporal* e sobre *lesbianidade na mídia*.

A voz das mulheres hondurenhas

GISLENE NUNES¹

COLECTIVO FEMINISTA MUJERES UNIVERSITARIAS (Honduras). *Cómo vivimos la pobreza y qué tipo de desarrollo queremos las mujeres hondureñas. Nicaragua, 2005.*

Cómo vivimos la pobreza y qué tipo de desarrollo queremos las mujeres hondureñas



Sin las mujeres no hay desarrollo posible

Mulheres e pobreza, eis um tema intrigante. Afinal, qual a relação imediata entre as duas variáveis? Isto é o que o livro *“Cómo vivimos la pobreza y qué tipo de desarrollo queremos las mujeres hondureñas”*, escrito quase que em um formato de documento de ato público pelo Colectivo Feminista Mujeres Universitarias, acaba nos esclarecendo por intermédio de alguns dados e de um considerável conjunto de reflexões críticas sobre a ideologia neoliberal e suas propostas de redução da pobreza. Isto porque as desigualdades de gênero, desde tempos remotos, têm sido um marco dentro dos processos de produção, acumulação, distribuição e geração de riquezas em todas as sociedades e também porque as bases da maioria dos problemas sociais causadores da pobreza encontram-se, em sua maioria, nos modelos socioculturais dominantes, que legitimam a discriminação contra amplos grupos de populações historicamente discriminados, dentre os quais se destacam mulheres, indígenas e afrodescendentes.

O livro originou-se de um processo de consultas, diálogos e trocas de informações entre as mulheres hondurenhas da cidade e do campo, entre os anos de 2003 e 2004. Tal intercâmbio de informações tinha por finalidade analisar as causas e impactos que a pobreza tem sobre a vida das mulheres e de suas famílias, para, a partir destes dados, começarem a pensar e definir o tipo de desenvolvimento que esta expressiva parcela da população almeja.

Assim, neste livro, as mulheres hondurenhas dão voz às suas críticas e reflexões sobre os programas e políticas públicas estabelecidas em seu país e vão além, pois elaboram uma proposta de reorientação das estratégias que o governo hondurenho vem promovendo para reduzir a pobreza, uma vez que constataram que os objetivos estabelecidos por estes programas não condizem com as prioridades estabelecidas pelos diversos setores responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do país.

O livro encerra a reflexão apontando alguns tópicos sobre como deve ser o desenvolvimento de uma nação. Os tópicos apontados podem ser resumidos em um único, que diz que “o desenvolvimento deve ser conjugado aos fatores econômicos, políticos, sociais, ecológicos, participação democrática, liberdade de expressão, respeito e diversidade cultural com o objetivo de promover o bem estar entre as pessoas”. Este fechamento leva-nos a refletir sobre a discussão inicial do livro, quando a autora do estudo faz uma análise da globalização e das políticas neoliberais, e onde se observa uma forte tendência à inversão do processo, uma vez que todas as esferas sociais parecem sucumbir-se e adaptar-se aos interesses do falacioso desenvolvimento apregoado pelos governos neoliberais, independente das reais necessidades dos diversos grupos que compõe a sociedade.

¹ Bibliotecária, graduada pela Universidade Federal de Goiás e atual responsável pelas atividades do Centro de Estudos e Informação (CEI) do Grupo Transas do Corpo.